

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira



A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

RESTRUCTURING AND PRODUCTIVE NEW TERRITORIAL CONFIGURATIONS OF BRAZILIAN CITIES

Eder da Silva Cerqueira - Universidade Federal do Tocantins – Porto Nacional - Brasil
edersvp@uft.edu.br

RESUMO

O atual estágio da urbanização brasileira caracteriza-se por transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das metrópoles, inseridas no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva. Dinâmicas de concentração e mobilidade, refuncionalizam polos e periferias, provocam valorização fundiária e ativação do mercado imobiliário, além de projetarem uma nova forma urbana, que reconfigura cidades e metrópoles. Ao mesmo tempo, características metropolitanas se reproduzem em espaços dispersos do território. Metrópoles corporativas funcionam como centros produtores e irradiadores/difusores de processos de (re) configuração sócio-territorial, ao mesmo tempo, em que médias e pequenas cidades se interconectam àquelas por meio de processos de produção de distribuição de bens e serviços, mesmo estando localizadas a centenas de quilômetros dos grandes centros urbanos. Discutir o papel desempenhado pelo território nessa nova era de acumulação do capital- reestruturação produtiva- eis o propósito deste artigo.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva, Configuração Sócio-espacial, Cidades, Território.

ABSTRACT

The current stage of the Brazilian urbanization is characterized by significant changes in the spatial configuration and the nature of the metropolis, inserted in the list of changes produced by the productive restructuring. Dynamic concentration and mobility refuncionalizam poles and peripheries, cause land valuation and real estate market activation as well as projecting a new urban form, which reconfigures towns and cities. At the same time reproducing characteristics metropolitan areas scattered on the territory. Metropolises corporate work as production centers and radiators / vents processes (re) socio-spatial configuration, while in medium and small cities that are interconnected through those production

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

processes distribution of goods and services, even when located hundreds of miles of major urban centers. Discuss the role of territory in this new era of capital accumulation- productive restructuring- this is the purpose of this article.

Key-words: Productive restructuring, Socio-Spatial Configuration, Cities, Territory.

Introdução

O processo de reestruturação produtiva, “sistema de inovações tecnológico-organizacionais no campo da produção social capitalista aplicada à produção e à introdução de novas modalidades de gestão da produção” (ALVES, 2010, p. 25), vem provocando transformações expressivas na configuração espacial e na natureza das metrópoles brasileiras. Não só características metropolitanas permeiam espaços cada vez mais extensos e dispersos do território nacional, como as próprias aglomerações se expandem, tornam-se ainda mais concentradoras, consolidando-se como localizações privilegiadas à confluência de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias e informações.

A dinâmica da concentração e a mobilidade, assim como os vetores de crescimento populacional, revelam padrões que apontam para a refuncionalização dos polos e periferias dessas aglomerações. Sugerem célere qualificação/desqualificação de espaços urbanos pela redefinição de funções, redirecionamento de investimentos e adequação às exigências da reestruturação produtiva, seguida pela valorização exorbitante do preço da terra e da moradia, não restritos aos polos metropolitanos, mas que provocam sua expansão física e a emergência de aglomerações em transformação contínua. O processo assinalado não é particular, mas se insere no rol de mudanças produzidas pela reestruturação produtiva, que desencadeou uma nova forma urbana ou uma metamorfose que reconfigura cidades e metrópoles em categorias territoriais regionais.

Neste trabalho, pretende-se discutir como o processo de reestruturação produtiva, vem moldando as configurações territoriais das cidades brasileiras, de modo a tornar esses territórios aptos à reprodução do modo de produção capitalista, por intermédio da metropolização, tratada aqui como processo socioespacial que resulta na

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

configuração de aglomerações e arranjos espaciais mais complexos, produzindo, dessa maneira, unidades territoriais prontas a desempenhar o papel de centros produtores e difusores/ irradiadores de bens e serviços associados ao consumo em massa.

Novas formas de organização da produção: a reestruturação produtiva

Nas últimas décadas, temos assistido à incorporação de diversos processos ao sistema produtivo, visando à garantia da manutenção de reprodução do capital. Uma dessas alterações mais marcantes se trata da substituição do padrão fordista de acumulação pelas várias formas de acumulação flexível ou pelo chamado toyotismo. Esse conjunto de transformações pelo qual passou, e ainda passa o processo produtivo, e a adoção de formas de acumulação flexíveis, em substituição à rigidez do fordismo, vai desencadear metamorfoses profundas no processo de acumulação do capital. Essas transformações, conseqüentemente, repercutem nas configurações territoriais, alterando de maneira significativa a organização da urbe.

Apesar de se manifestarem de maneira mais marcante na alteração das formas de organização produtiva, as investidas do capital, na tentativa de recuperar suas taxas de lucro, não se restringiram a esse campo de atuação. A incorporação dessas alterações necessita, também, de adequações nas estruturas sociais e legais dos diferentes países, de forma que haja a incorporação mais adequada possível de uma nova forma de organização produtiva.

O processo de reestruturação produtiva, ou seja, a forma por excelência que a burguesia internacional encontrou para combater a crise do processo de acumulação que atingiu o mundo, sobretudo nos 1970, nos marcos da passagem do chamado fordismo/taylorismo para o *toyotismo*, acompanhado da desconstrução do modelo de regulação social, amplia a lógica predatória do capital, afetando a constituição da classe trabalhadora, assim como a organização de suas ações dentro e fora da ordem burguesa. (ANTUNES, 1999, p. 45. *Grifo do autor*).

A origem das transformações na organização produtiva pode ser identificada em meados dos anos 1970, quando as altas taxas de crescimento econômico, verificadas nas

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

décadas anteriores, vinham se desacelerando. A produção em série e padronizada, típica do fordismo, estavam em crise. Para Harvey (1996), a palavra que melhor representava a incapacidade do fordismo e do keynesianismo, em conter as contradições capitalistas que se aguçavam no período, era a rigidez. A recessão que se abateu sobre a economia mundial pós-1973, agravada pela crise do petróleo, enfraqueceu ainda mais as estratégias fordistas de produção.

O efeito dessas mudanças pode ser observado na alteração dos padrões de organização da vida social, na medida em que há um direcionamento diferenciado na localização e na forma estrutural da produção, circulação e consumo. Todas essas mudanças, na organização das atividades produtivas, refletem-se no ordenamento social. Segundo Benko (2002):

A passagem para um novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Elas induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de uma nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e consumo. (BENKO, 2002, p. 41)

Esse processo manifestou-se de forma muito mais aguda nos países subdesenvolvidos e subordinados à reprodução do capital mundializado. O mercado de trabalho passou, então, por uma radical reestruturação, marcado por regimes e contratos de trabalho flexíveis, indicando, a redução do emprego regular e a tendência no uso crescente do trabalho em tempo parcial, temporário e informal.

O processo de reestruturação produtiva não se limita a transformações de ordem técnica, tecnológica e organizacional. Ele se complementa a partir da adoção de medidas políticas e socioeconômicas que buscam lhe dar sustentação. A esse conjunto de medidas, adotadas na arena política, convencionou-se chamar ajustes neoliberais ou, simplesmente, neoliberalismo. Dessa forma, para que ocorresse a introdução de mudanças tecnológicas e organizacionais no processo produtivo, foi necessária uma série de alterações em outras frentes, sem as quais, isso dificilmente se daria. Petras (1995) nos chama a atenção para a necessidade de ter uma visão mais ampla, e não nos restringirmos aos aspectos técnicos dos processos de alteração nas formas de se produzir

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

Entretanto, é preciso salientar, que não apenas as determinações tecnológicas contribuíram para impulsionar a nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente as determinações políticas, caracterizadas pelo processo político das derrotas históricas da classe trabalhadora, ocorridas nas conjunturas dos anos 70 e 80 nos principais países capitalistas. (PETRAS, 1995, p. 35).

Para que fossem implementadas alterações tecnológicas e organizacionais na esfera produtiva, o capital atuou concomitantemente em outras frentes, como a política e a econômica, visando a produzir uma justificativa ideológica para adotar essa nova forma de organização produtiva. Uma dessas frentes alterou as formas de atuação política dos estados nacionais, que, diferentemente do protagonismo de que gozavam à época do *Welfare State*, agora tiveram seu papel redefinido, tendo suas atuações restritas à questões como segurança, saúde e infraestrutura, a economia prosperaria se deixada às regulações automáticas do mercado: esse é um dos pilares do neoliberalismo.

Metropolização: mudanças na configuração territorial das cidades na era da reestruturação produtiva

No que pode ser considerada “uma nova fase de modernização capitalista”, pautada em um novo sistema tecnológico e em um enfoque de governança baseado na liberalização econômica (De Mattos, 2010, p. 3), a metropolização contemporânea deve ser compreendida como uma verdadeira metamorfose do processo de urbanização (LENCIONI, 2006), que se reforça em funções superiores em matéria de decisão, direção e gestão – articuladoras das bases econômicas nacionais aos circuitos globais –, concentradas nos principais polos urbanos (LEROY, 2000).

Longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo descontínuas, dispersas, sem limites precisos. Sustenta a ampliação geográfica do processo de acumulação, que fez com que a dispersão pelas empresas de seus processos

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

produtivos, filiais e fornecedores tornasse as aglomerações metropolitanas as localizações mais capazes a oferecer as condições requeridas à valorização do capital.

À medida que essas aglomerações foram se imbricando na dinâmica produtiva globalizada, deram-se mudanças substantivas em relação ao imposto no período industrial desenvolvimentista, “*mutaciones estas que afectan tanto a la organización y al funcionamiento, como a la morfología y apariencia, de cada una de estas aglomeraciones.*” (DE MATTOS, 2010, p. 264). Tais mudanças na morfologia urbana, apoiadas pelo predomínio do automóvel e das tecnologias de informação, com ampliação territorial do campo de externalidades metropolitano, e pela localização de empresas e moradias em locais mais distantes, são apontadas por De Mattos (2004, 2010, 2012) como “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana fruto da periurbanização praticamente incontrolável, mediante a qual o tecido urbano se prolifera e se estende. Tal expansão favorece a formação de sistemas produtivos centrais a numerosas atividades localizadas em diversos centros urbanos, até então independentes ou autônomos, do entorno da aglomeração metropolitana (similares ao norte-americano *urban sprawl*).

Esse processo resulta em uma mudança completa na estrutura, forma e função da metrópole. “Metamorfoseiam-se as relações sociais e o espaço, anunciando que estamos vivendo um período de transição, uma transformação qualitativa para algo diferente do que conhecemos”, conforme Lencioni (2011, p. 51). Para a autora, as principais características que sintetizam a metamorfose da metropolização do espaço são que: (i) já não corresponde apenas à transição do rural para o urbano, embora possa contê-la, pois seu núcleo é a urbanização; (ii) conforma uma região de grande escala territorial, com limites extremamente dinâmicos e difusos; (iii) região que expressa ao mesmo tempo uma nítida e intensa fragmentação territorial e uma transparente segregação social; (iv) região na qual se redefinem as hierarquias e a rede de relações entre as cidades; (v) emerge um expressivo número de cidades conurbadas com polinucleação intensa e múltipla rede de fluxos; (vi) diminui-se relativamente o crescimento demográfico da cidade central, ao mesmo tempo em que outros municípios da região expandem-se em população e ambiente construído; (vii) redefinem-se também as pequenas cidades da região, conformando um novo tipo de integração com os espaços polinucleados; (viii)

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

intensificam-se os movimentos pendulares entre algumas cidades da região, consagrando uma expressiva estrutura regional em rede.

A percepção desse processo se traduz em uma pluralidade de denominações alusivas à metrópole ou à configuração mais expressiva desse estágio da metropolização, os arranjos espaciais, posto que são considerados as novas formas e os novos conteúdos da cidade e da aglomeração, nos processos de reconfiguração territorial.

Entre correspondências que se encontram no debate internacional, destacam-se a cidade difusa (INDOVINA, 1990); as cidades desbordadas, extravasadas, ou dispersas (DEMATTEIS, 1998); a megacidade (BORJA; CASTELLS, 1997), definida não pelo tamanho, mas como nó com a economia global; as hipercidades (DAVIS, 2004), que em países em desenvolvimento se envolvem em novas redes, corredores e hierarquias, criando megalópoles (GOTTMAN, 1970; CASTELLS, 2000; LEFEBVRE, 1991) urbano-industriais comparáveis às do mundo desenvolvido. Cidade-região (SCOTT et al., 2001) peculiariza-se em relação às noções anteriores por polarizar globalmente formas de articulação do poder, constituindo-se em plataforma territorial na qual empresas disputam mercados globais; avança ao que Sassen (2007) define como megaregião, um território reconfigurado em sua dimensão urbana e regional, onde cidades e áreas metropolitanas se mesclam entre si. Similar mescla se dá na noção de metápole, concebida por Ascher (1995), decorrente de uma metropolização metastásica, em unidades não contíguas, derivadas de movimentos de adensamento ou desdensificação, expansão, transformação e incorporação de novos espaços.

Soja (2002) refere-se à pós-metrópole, que sintetiza a ruptura da lógica socioespacial da metrópole baseada em uma aglomeração física para um espaço descontínuo, um fenômeno poliédrico, decorrente da desindustrialização e reindustrialização e da desconcentração e reconcentração das nodalidades urbanas. A pós-metrópole ou exópole surge como metáfora da metrópole, no novo processo de urbanização, decorrente da globalização e reestruturação da economia. Lencioni (2011) chama a atenção para o fato de que todas as denominações de alguma forma incorporam

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

os vocábulos “cidade” ou “polis”, reafirmando na metrópole em transição esses sentidos, desprezando, portanto, ideias relativas ao sentido de anti-cidade.

De Mattos *et al.* (2012) também se referem a essa variedade de denominações que diferenciam a forma urbana emergente da forma urbana da cidade industrial, acentuando seu caráter distinto e novo. Questionam como reitera Lencioni (2011), se essa nova forma poderia seguir sendo considerada como uma “cidade” ou se se deve reconhecer que estamos

frente a un fenómeno de otra naturaleza” (p.4), postoque nos encontramos frente a la evolución de un fenómeno urbano complejo que, en términos generales, como propone Castells (2010) aparece como resultado de dos procesos entrelazados: por una parte, una extendida descentralización desde las grandes ciudades hacia áreas adyacentes y, por otra, la interconexión de pueblos pre-existentes cuyos territorios quedan integrados por nuevas capacidades comunicacionales. (DE MATTOS *et al.*, 2012, p. 5)

Na literatura nacional, muitas denominações são atribuídas ao caso de São Paulo, como macrometró-pole (MEYER *et al.*, 2004, EMPLASA, 2011), configuração em rede de grandes espaços urbanos (Castello Branco, 2003); outras ao Rio de Janeiro, como macroaglomeração urbano-metropolitana (LIMONAD, 2007). Esses conceitos e concepções confirmam a condição desses arranjos como “um novo fato de caráter metropolitano de dimensão inédita”, como particulariza Lencioni (2003, p. 7) ao caso de São Paulo. Sugere que as transformações econômicas recentes se fizeram acompanhar de uma forma urbana ainda mais densa e concentrada territorialmente.

Trata-se de “um processo novo e de uma nova forma de produção do espaço” (LENCIONI, 2003, p. 2), que tem como ponto convergente na literatura nacional e internacional que a dimensão urbana e a dimensão regional são insuficientes para sua compreensão. O conceito de cidade-região é adotado no caso brasileiro por Lencioni (2006), que aprofunda a reflexão teórico-conceitual para a (macro) metrópole paulista, e por Soares (2010), que o aplica ao arranjo polarizado por Porto Alegre. Para Lencioni (2006, p. 71), a cidade-região coloca-se como “condição, meio e produto fundamental para a reprodução social nos dias atuais”. Ela exprime com mais nitidez que a região constituída pela expansão territorial da metrópole é distinta da “região metropolitana

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

relacionada ao processo de industrialização e urbanização que caracterizaram grande parte do século XX” (LENCIONI, 2006, p. 74).

Mesmo assim, diferentemente dos mentores do conceito, mantém a dispersão territorial da indústria como o componente indutor dessa configuração. Enfatiza que é impossível delimitar a cidade-região, já que se constitui em espaço de fluxos pela interconexão de várias redes, e sua extensão guarda relação com os transportes, que viabilizam os deslocamentos cotidianos, conferindo-lhe “um sentido de conjunto e de unidade” (LENCIONI, 2006, p. 73).

Tais leituras mantêm aberta a lacuna quanto a situações menos complexas que o dessas consagradas metrópoles nacionais, identificadas em território brasileiro e discutidas em detalhe na sequência deste trabalho. Ao mesmo tempo, as categorias apontadas contrariam a hipótese de que as novas tecnologias de informação e comunicação destituíam de sentido as aglomerações. Na afirmação de uma dinâmica global, baseada na expansão de uma multiplicidade de redes, cujos fluxos operam com autonomia em relação aos lugares, *“cuando tienen tierra, muestran una marcada preferencia por las aglomeraciones urbanas”* (DE MATTOS, 2010, p. 266).

Nelas, *a mancha urbana com limites relativamente nítidos de cidades compactas cede lugar a “una aglomeración difusa de dimensión regional, parcialmente discontinua, que es lo que se cristaliza como nueva forma urbana”* (DE MATTOS, 2010, p. 266). Em sua dimensão macrorregional, apoiada em uma organização multicentrada, passa a oferecer condições mais amplas e diversificadas para a localização de uma variedade de cadeias globais, o que torna *“lógico concluir que resulta difícil lograr imponer límites a su expansión territorial.”* (DE MATTOS, 2010, p. 266)

Nesse contexto, a metrópole encerra o ciclo de ser o lugar, por excelência, da indústria e das possibilidades de emprego. Conforme Lencioni (2011) abre-se um novo ciclo capaz de enfrentar as contradições que comprometem a reprodução do capital, fundado na importância dos negócios oriundos da produção imobiliária e das condições de infraestruturas indispensáveis para que se efetive a metropolização e a valorização do espaço metropolitano.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

A forma que a metrópole assume, de maior escala territorial, ao expandir sua região, é central para a acumulação porque ela vem acompanhada da possibilidade de oferecer sobrevida às relações capitalistas, uma vez que a valorização imobiliária que acompanha o espraiamento territorial da metrópole se constituiu numa das principais estratégias para a produção e concentração da riqueza social, uma vez que o domínio da descontinuidade é estratégico para a reprodução do capital. A sua forma descontínua, por assim dizer, é a expressão, no limite último, da força desmedida do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária do capital. [Essa] se coloca como possibilidade de (...) superar o estrangulamento que pode comprometer o fôlego necessário para dar continuidade ao processo capitalista de desenvolvimento. (LENCIONI, 2006, p. 55, 56).

A disposição territorial das espacialidades mais representativas dessa etapa da metropolização corresponde a configurações identificadas por Moura (2009) e Moura *et al.* (2012) como arranjos espaciais. O território brasileiro cada vez mais se faz permear por essas configurações que inserem em uma unidade, contínua ou descontínua, áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e centros urbanos em proximidade, porém com nítida articulação interna. Tais configurações resultam de dinâmicas concentradoras e da alta densidade de deslocamentos pendulares, envolvendo conjuntos com elevado número de municípios. Transcendem a noção de simples aglomerações urbanas por se apresentarem como estruturas morfológicas mais complexas, cuja influência ultrapassa os limites administrativos dos municípios componentes e assume uma abrangência regional, que pode desconsiderar, em muitos casos, limites estaduais e até nacionais.

Em geral, estendem-se sem limites nítidos, em raios de aproximadamente 200 km, ao longo de eixos viários estruturais (rodoviários ou vias urbanas), e configurações tentaculares. Entre os arranjos espaciais, os urbano-regionais situam-se como os principais responsáveis pela inserção regional na divisão social do trabalho. Guardam relação com a presença de aglomerações industriais, firmas industriais com potencial exportador e serviços avançados, que reforçam as articulações internacionais, e os elegem como localização privilegiada, ao mesmo tempo em que reforçam o padrão concentrador e a escala de polarização desses arranjos.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

Os urbano-regionais também se distinguem pela elevada participação no total da população e do produto interno bruto dos respectivos estados e regiões; maiores e mais intrincados movimentos de população para trabalho e/ou estudo em município que não o de residência; alta capacidade científica e tecnológica; presença de infraestrutura viária comparativamente de melhor qualidade; elevada densidade urbana; forte articulação regional e extrema complexidade, devidos à multiplicidade de fluxos multidirecionais de pessoas, mercadorias, conhecimento e de relações de poder que perpassam seu interior; estruturação da unidade a partir das principais centralidades da rede urbana do Brasil e alcance de suas regiões de influência funcional, econômica e técnico-científica, ultrapassando os limites dos estados/regiões onde se inserem (MOURA, 2009).

Considerações finais: tendências e desafios

A análise realizada confirma que se consolida o processo de metropolização no Brasil, ampliando a extensão territorial da concentração e mobilidade populacional. Expandem-se as porções já densamente povoadas, particularmente grandes cidades e aglomerações urbanas, que se redesenham em espacialidades mais descontínuas e complexas, ou seja, o desenho da ocupação concentrada e com alta mobilidade deixa de ser o de uma aglomeração singular, passando a configurar arranjos espaciais, muitos com natureza urbano-regional.

Sua natureza híbrida, que transcende a dimensão urbana, urbana aglomerada e assume a dimensão regional, lhes confere um desafio ainda maior, o de considerar tanto a gestão de funções públicas de interesse comum na porção aglomerada quanto a gestão do desenvolvimento regional. Além desses, surgem poucas, mas importantes, novas aglomerações no interior do país, todas a exigir o difícil exercício das funções públicas de interesse comum.

Esses movimentos, que repercutem na densificação de espaços historicamente concentradores e na ocupação de novos espaços, ao acontecerem sem planejamento e

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

suporte de políticas públicas apropriadas provocam efeitos socioambientais de difícil controle e superação com equidade. Tal cenário salienta questões que carecem tornar-se objeto de pesquisas e de políticas públicas, particularmente no que se refere à definição precisa de estratégias de desenvolvimento regional e à qualificação de estruturas administrativas e de segmentos da sociedade para a gestão cooperada.

Espacialidades tão heterogêneas tornam imprescindível a pactuação de acordos regionais transescalares e a formulação de políticas integradoras entre as porções que melhor representam a inserção na divisão social do trabalho e as que se mantêm na retaguarda, na medida em que essas estão interconectadas, como parte de novas dinâmicas econômicas que combinam a necessidade de áreas dispersas. É necessário distinguir ainda que em alguns casos o apogeu de conceitos e novas noções de cidades expandidas e conectáveis faz parte de narrativas escalares que buscam justificar transformações na localização de processos sociopolíticos, articulados por corporações transnacionais, redes financeiras, de negócios e outras forças do mercado (GONZÁLES, 2008).

A escala regional recoloca-se na agenda teórica e política internacional, tanto por sua localização estratégica à atividade econômica quanto por ser uma escala para integração da sociedade civil. Assim, a figura da região, de regiões urbanas ou cidades-regiões, em suas variadas denominações, reemerge como referência a novos espaços para desencadeamento de processos econômicos e políticos, para maiores articulações globais. Resta combater o desenvolvimento desigual que acompanha tais processos.

Referências

- AGLIETTA, Michel. **“Regulación y crisis del capitalismo”**. Tradução de Marcos Paulo da Silva. 6 ed., México, Siglo Veintiuno Editores, 1999..
- ALVES, Giovanni. **O novo (é precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni. **O novo (é precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo (SP), Boitempo Editorial, 1999.

ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir dès villes**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3 ed., São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002

BORJA, J; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus : Pensamiento, 1997.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. **Espaços urbanos**: uma proposta para o Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DAVIS, M. Planet of slums. **New Left Review**. London, n.26, p.5-34, mar./apr, 2004.

DE MATTOS, C. A. DEMATTEIS, G. (1998). Suburbanización y periurbanización: ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. (Ed.). **La ciudad dispersa**: suburbanización y nuevas periferias. Entre de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

_____. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, 2004.

_____. **Globalización y metamorfosis urbana en América Latina**. Quito: OLACCHI : MDMQ, 2010. (Textos Urbanos, v. 4)

DE MATTOS, C. et al. **Notas sobre una falsa disyuntiva**: redefinición de las áreas centrales v/s dispersión urbana. Tendencias recientes, evidencia empírica. Documento de Trabajo Fondecyt N°1110387. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. PUC Chile, 2012.

EMPLASA. (2011). **Estudo da Morfologia e da Hierarquia Funcional da Rede Urbana Paulista e Regionalização do Estado de São Paulo**. Documento 1 – Metodologia. São Paulo: SEP, EMLASA, SEADE, 2011.

GOTTMAN, J. A urbanização e a paisagem americana: o conceito de megalópole. In: COHEN, S. B. (Org.). **Geografia humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum. (Estante de Ciências Sociais), 1970.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 6 ed., São Paulo, Edições Loyola, p. 117-184, 1996.

INDOVINA, F. (1990). **La città diffusa**. Venezia: Daest - Dipartimento di Analisi Economica e Sociale del Território, 1990.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócioespacial, seus limites regionais e sua

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A NOVAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DAS CIDADES BRASILEIRAS

Eder da Silva Cerqueira

interpretação teórica. **ANAIS**. Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, mai. 2003.

_____. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S. et al (Orgs.) **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires**, São Paulo e Santiago. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LEROY, S. **Sémantiques de la métropolisation**. L'Espace géographique, Montpellier. Éditions Belin, n.1, p.78-86, 2000.

LIMONAD, E. **No todo acaba en Los Angeles**; Un nuevo paradigma: entre la urbanización. Rio de Janeiro: UFF, 2007.

PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem**. Campinas: Scritta, 1995.

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins. Especialista em Administração Pública com Ênfase em Gestão Universitária (2008) pela Fundação Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Recebido para publicação em 06 de abril de 2016.

Aceito para publicação em 20 de julho de 2016.